

17 JUN 1987

O governo é culpado

Economia - Brasil

Com meu ingresso na «geração terminal» começo a sentir-me imunizado às paixões, entre elas a que, em geral, temos pela política. Procuro, embora ainda com certa dificuldade, analisar os fatos com a possível isenção de ânimo.

Desde meu remoto passado ouço dizer que estávamos em crise e que «não sabíamos onde iríamos parar com este governo». E assim acontece até os dias correntes.

Já é tempo de se pensar que todos nós participamos, direta ou indiretamente, para que ocorra este desajuste social e não tenhamos alcançado o tão almejado bem-estar dos povos de países adiantados.

Sem negar que nos falta uma administração pública perfeita, e esquecendo a impune corrupção, parece não ser fácil governar uma nação pobre, de 140 milhões de habitantes, que poderá duplicar em 30 anos, face ao índice de crescimento populacional calculado em 2,3% aa, o que significa cerca de 3 milhões de crianças nascidas a cada dez meses. Faz-se notar, ainda, que em 35 anos, de 1950 a 1985, nossa população aumentou em mais de 82 milhões de indivíduos.

Por motivos que não nos cabe abordar no momento, a economia nacional não apresenta capacidade de absorver a mão-de-obra que, todos os anos, chega ao mercado. Isto resulta na marginalização de milhões de brasileiros, condenados a viver em condições desumanas, a serem embrutecidos pela miséria, a gerar filhos condenados à desnutrição, com poucas esperanças de uma vida condigna.

Por mais que os governantes se esforcem, por mais que se criem instituições filantrópicas é inviável atender às necessidades da massa de deserdados da sorte.

O crescimento demográfico sem controle pode não ser a causa primordial do baixo estágio de desenvolvimento sócio-econômico em que nos encontramos, mas é inegável que contribui de modo ponderável para impedir que melhorem as condições de vida da população. O Brasil pode ser a 8ª potência industrial, como se apregoa, porém nossa renda per capita é irrisória e mal dividida, não superando a US\$ 2.000, inferior à de muitos países do Terceiro Mundo.

Urge que tenhamos coragem de enfrentar a situação que se agrava. Dotemos as classes menos favorecidas de condições de limitar a natalidade, como o fazem as classes média e rica.

A proposta é simplista e um tanto ingênua, pois exigiria mudanças culturais por demais arraigadas, prevalecendo entre os não residentes em zonas urbanas. No entanto nada é impossível com os modernos meios de comunicação. Os gastos governamentais com a divulgação de métodos anticoncepcionais, de forma a serem entendidos por todos, impediria que milhões de crianças viessem a viver na indigência e de se formarem adultos sem perspectivas.

Haveria o cuidado de não ferir princípios religiosos, e muito menos de restringir a liberdade daqueles que não desejassem conter a natalidade.

Limitação da natalidade, controle populacional, são termos que provocam reação. Contorna-se tentando amenizar o impacto pela utilização do denominado planejamento familiar, bem mais aceitável, pois está implícita a participação decisória do casal.

Muitas instituições, particulares e estatais, trabalham ativamente, com cautela e sem alarde, no atendimento de mulheres que desejam conter sua prole, movidas, em grande parte, por motivos de ordem financeira. Utilizam métodos anticoncepcionais sob orientação médica. No entanto, apesar de ser meritória a dedicação de todos aqueles que se empenham na ajuda gratuita às classes pobres, sofrem pressões incomprensíveis. O que se deve condenar com toda veemência é a prática do aborto, a não ser em casos previstos em lei.

JORNAL DE BRASILIA